

LIMITES

A cidade: limite do mundo

Para a definição espacial de algo, em Arquitectura, há que lhe introduzir a noção de limite, sob pena da sua indefinição, ou seja, o limite é algo intrínseco à definição de espaço arquitectónico, seja na acepção mais prosaica de edifício, seja na acepção genérica de espaço urbano.

Não se veja, contudo, na afirmação precedente, a imposição ou necessidade de existência de limites físicos, palpáveis, mas, antes, a noção evocada do limite, mesmo que não visível, isto é, referimo-nos às sensações, no seu conjunto, e não apenas à visão. Pese embora em épocas recentes, com especial ênfase para o século XX, o “peso visual” ter aniquilado, quase que na totalidade, os restantes sentidos, a Arquitectura é (ou deve ser) perceptível por todos os sentidos, e pelo somatório alargado destes.

Os espaços são, deste modo, limitados, compartimentados, comunicando entre si através de “portas”, as quais se instituem em momentos de mudança: mudança de espaços, mudança de tempo, mudança de condição física, social e, por vezes, económica, cujas expressões populares são paradigmáticas e que se manifestam nas expressões: “às portas da morte”, “já atravessou a porta da fama” ou outras de idêntico cariz.



“Porteira” de herdade, N.ª Sra. de Machede, Évora (imagem do autor)

A porta é, por isso, o elemento-chave de compreensão da Arquitectura, na sua condição de espaço percorrível, fruível, mas, ao mesmo tempo, é um “não espaço”, seja pela sua condição de superfície, seja (quando a porta toma a forma de corredor, de escada ou de rua) pela sua condição de canal entre espaços.

E é esta condição de momento de relacionamento entre o que está fora e o que está dentro, de contactos entre espaços, que lhe confere o especial significado de elemento híbrido e a fez ser o momento não sagrado nos limites, quer da cidade (o arado que era levantado para marcar a porta no círculo

sagrado da cidade etrusca), quer do *lares* (a porta comunica o interior com o exterior, a janela apenas traz o exterior para dentro do interior, evocando Gaston Bachelard).

Limite de cidade

Se bem que encontremos na evolução humana, enquanto conjunto de indivíduos “colonizadores” de território, razões bastantes para a existência da cidade e várias tenham sido as definições daquela que a história nos tenha legado, a “ideia de cidade” que está presente em todas elas é a de um território definido, de grande concentração humana e de especialização e concentração de actividades humanas, local de troca e de produção de cultura e, ao mesmo tempo, ponto de partida para a colonização de outros territórios, seja pela exportação do conceito, seja criando algures no território outras cidades à sua imagem e semelhança.

Porém, esta “ideia de cidade” tem, como marca genética, a noção de limite, isto é, de limite da própria cidade original já que esta, para o ser, é também a antítese do campo. É, ainda e por definição e necessidade, o lugar organizado, artificial, antítese do seu exterior.



Cromeleque dos Almendres, Évora (imagem cedida pelo Arquivo Fotográfico da CME)

A noção de espaço organizado, relacionado directa e dilectamente com o Cosmos, configurando-se à sua imagem, foi transportado para o desenho da própria cidade através das orientações de ruas – norte/sul, este/oeste – e do centro na intersecção daquelas, podendo nós, sem grande esforço, ver no cromeleque o arquétipo da própria cidade, tanto pelo seu desenho à imagem do Cosmos percebido e interpretado pelo ser humano, como pela noção de espaço limitado – o Cosmos organizado – face ao exterior, à natureza, espaço desorganizado, o Caos.

Se, como já se afirmou, para a justificação dialéctica Cidade/Campo a imposição de limite ao espaço organizado é fundamental, ela adquire, inicialmente, a forma de paliçada, muralha e cerca, mas rapidamente aquele elemento é substituído pelo conceito de cidadão: o que pertence à *civitate*, o que, por oposição ao bárbaro do Caos, é civilizado.

Simbolicamente, este sentimento de pertença à cidade irá traduzir-se na relação que os cidadãos têm com o Centro, local onde são enterrados os símbolos que os unem e, ao mesmo tempo, local de “comunicação” com o Cosmos e de ligação do sub-solo (as trevas) ao universo (a luz). O homem habitará, então, o limite entre estes dois mundos e será por isso um *ser fronteiro* (Trías, 1991) que terá por razão última da sua existência a responsabilidade de alargar o Cosmos, face ao Caos ou, como afirma Georg Simmel “*Es esencial al hombre ponerse a sí mismo un limite però con la libertad de poderlo quitar nuevamente, de poderse poner fuera de él*” (citado em LEÓN, *Arquitectura y Critica*: 34).

O limite será, pois, o lugar de fronteira, aquele em que o ser interior se confronta consigo próprio, primeiro, e com os outros, depois, quer os que do seu círculo fazem parte, quer os exteriores àquele círculo. Será o lugar onde a osmose interior/exterior dará lugar a “novos seres contaminados” e que, por isso, avançam no sentido do progresso.

Quer aquele conceito, quer o simbolismo que o traduz, irão ter, sob o ponto de vista da morfologia urbanístico-arquitectónica, a sua expressão última no *forum romano*: “centro do mundo”, onde se concentram as actividades da cidade, organizado, também ele, à imagem do Cosmos, cidade na qual, muralhada ou não, o estatuto de *civilizado* é condição suficiente para habitar o “interior”, para fazer parte do *círculo hermético* ao mesmo tempo que se é *habitante de fronteira*.

É, assim, esta cidade imagem do Cosmos, uma tradução perfeita da definição hegeliana de arquitectura: “... *uma arte simbólica*”, não denotativa, em que o símbolo se basta a si mesmo, e uma linguagem muda, exclusivamente dirigida aos espíritos.

Se em momentos posteriores se assistiu a crescimentos das cidades para além do *círculo fronteiro*, este com expressão física ou não, esses crescimentos, ao mesmo tempo que manifestavam aquela condição de *limitanei* dos seus fautores, eram também resultado da atractividade que a cidade representava e representa.

Tivessem inicialmente o estatuto de “sarahúis” que são atraídos pelas oportunidades que o ente urbano apresenta e representa, tivessem o estatuto de *limitanei* que alargam o “Cosmos”, a fixação dos exteriores ao “cosmos urbano” far-se-à nos arrabaldes, os quais são sempre expressão da vontade de pertença à cidade, mesmo que, por razões de ordem legal,

administrativa, económica ou outra, se tivessem implantado a certa distância daquela, em certos casos (Évora, por exemplo) formando quase que uma coroa limítrofe, um novo limite, que os limites físicos ou administrativos da cidade, posteriores, absorviam.

Contudo, o lugar de trocas, o lugar híbrido, é um lugar preciso, local onde o “sagrado” e o “profano” confluem, inter-agindo, contaminando-se mutuamente, e esse lugar foi (é) o rossio.

Junto às portas, se no interior se formam os largos - a rua alargada -, cuja morfologia é ditada pela estrutura fundiária e pelo que, administrativamente controlado, se constrói em cada parcela, no exterior a morfologia dá lugar ao ocasional, recusando a cada hora e em cada dia, a assumpção de uma *morphe*.

É, pois, nesse rossio que a informalidade se manifesta, quer sob o ponto de vista espacial, quer, principalmente, sob o ponto de vista social, de miscigenação.

O rossio, enquanto espaço informal (cujo prefixo denota a ausência de forma), é de uso livre, sem, contudo, se confundir com o conceito de polivalência actual.

Cidade alargada ou cidade predadora?

O recente alargamento desta “informalidade” ao território, tem consentido a sua predação, transformando quer o uso do espaço, quer a sua hierarquização, quer, mais grave ainda, concedendo enganosamente o estatuto de *cidadania* “ad infinitum”.

Quando Frank Lloyd Wright preconizou Broadacre City, afirmando que no futuro a cidade será o mundo, apontava um caminho para uma América seduzida pelo Ford-T, cuja produção em série atingia números nunca antes experimentados. Obviamente que, nesses primórdios do século XX, as questões de economia energética não se punham e, provavelmente, imaginava-se esta inesgotável.



Vista aérea de subúrbios de Boston.

Wright pôde assim imaginar a diluição da cidade no campo, transformando o resultado numa “papa nada nutritiva”, nas palavras de Jane Jacobs (JACOBS, 2001), dando corpo, aceite-se que ingenuamente, ao que o Manifesto do Partido Comunista de 1848, preconizava: “... *abolição gradual da distinção cidade/campo, através da distribuição equitativa da população pelo território...*” (FRAMPTON, 1996: 190).

Nesses momentos iniciais do século XX, na Europa, os conceitos de *cidade-jardim* e das *seidlung* alemãs e holandesas implantavam-se e consigo faziam-se as primeiras incursões no alargamento da cidade, ainda que mantendo o carácter e a imagem de subúrbios, construídos para se oporem à cidade-poluição que a cidade tradicional representava e, concordemos, apresentava.

Convirá, contudo, esclarecer que o conceito de *cidade-jardim* se baseia num esquema que preconizava a criação de cidades no campo, rodeadas deste, e não aquilo que vieram a ser: alargamentos da cidade, a certa distância desta, mas sem os equipamentos e serviços de uma cidade, já que estes se situariam na cidade original.

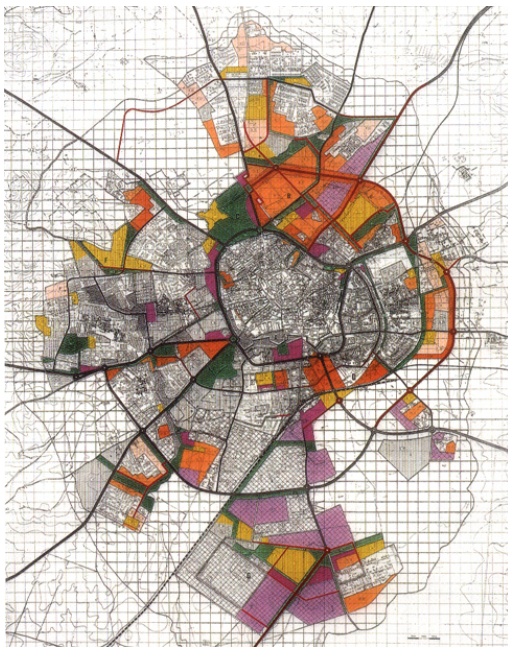
Porém, não sejamos ingénuos! O que realmente preocupava os seus defensores não era a sujeição das massas trabalhadoras aos aspectos ambientais negativos mas, sim, a promiscuidade dos “slums” ou outras formas menos burguesas do habitar e a consequente degradação da moral classista que queriam preservar a todo o custo, como o atesta este excerto da Memória do Plano de Urbanização de Évora, de 1942, elaborado por Étienne de Gröer:

[as construções colectivas conduzem] “... *à depravação gradual do indivíduo que não resiste ao espírito imoral da multidão...*” [ou, noutra trecho] “*Nestes grandes quartéis com reduzidos alojamentos, a promiscuidade, as questões, a falta de limpeza, os maus exemplos são contagiosos e o indivíduo, gradualmente depravado, não resiste ao espírito imoral da massa*”

Numa Europa cujas preocupações sociais tinham o cunho de resposta do poder às diversas manifestações do descontentamento popular, o alargamento da cidade através dos modelos da *cidade-jardim* e das *seidlung* baseava-se no transporte colectivo emergente: o comboio, e não ainda no transporte individual, mantendo por isso a “marca” de origem, ou seja, a diluição da cidade no campo, sem que essa “marca” fosse impeditiva da perspectiva de lucro a que os detentores do capital, fosse ele público ou privado, podiam esperançosamente aspirar: terrenos mais baratos e transporte de milhares (milhões) de pessoas no movimento diário casa-trabalho-casa, que as ainda incipientes ideias de “zoning” viriam a consagrar de uma forma mais “radical” alguns anos mais tarde.

É esta Europa que, pouco depois, viria a ser seduzida pelo “verde contínuo” e por edifícios de pequeno e grande porte assentes em pilotis, mesmo que alguns – Hilberseimer, por exemplo – tenham denunciado o carácter anti-social do desaparecimento da rua, enquanto espaço de sociabilização e de troca, ou a falácia da densificação urbana quando, por imperativos de conforto ambiental, os edifícios acima de determinada cêrcea se transformem em baixas densidades por força do afastamento entre eles.

Se em Portugal, num aparente alinhamento com os “ventos que sopravam da Europa”, se foram verificando crescimentos urbanos com semelhanças àqueles acima descritos – os bairros de renda económica, primeiro, e Olivais, depois, para não me alargar nos exemplos -, quer de forma mais ou menos encapotada, antes, quer de forma clara, no pós-25 de Abril, assistiu-se à proliferação da ocupação clandestina do território (hoje dita de génese ilegal, para ser politicamente correcto), quer para gáudio financeiro dos seus promotores/loteadores, quer para auto-satisfação daqueles cujas marcas de ascensão social passavam/passam pela exibição da “vivenda” em quase tudo semelhante às mansões dos poderosos, salvo, entre outros sinais, na pequenez do lote e no espartilhamento da casa nessa imitação, qual “Portugal dos pequenitos”.

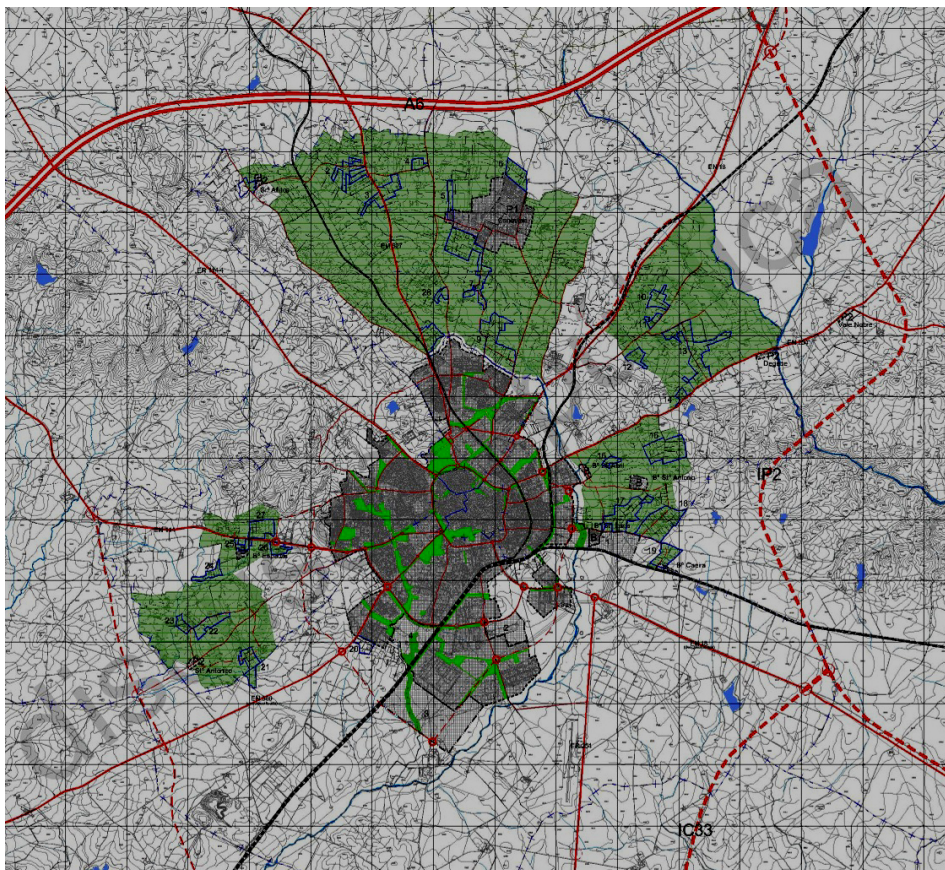


Plano de Urbanização de Évora, 2000
(imagem cedida pelo Arquivo Fotográfico da CME)

No planeamento urbano que se reorganizou pós-25 de Abril, a par de, inicialmente, se virem a aceitar como factos consumados todas as “urbanizações clandestinas” (é certo que com maior expressão no sul do país), as quais, na maioria dos casos, se tinham disposto em redor das cidades, repetindo o que ao longo dos séculos, em especial na Idade Média, já tinha sido experimentado como alargamento do *círculo fronteiro*, constata-se um gradual aumento dos perímetros urbanos planeados. Este aumento tem sido tal que levou, em determinada época, o ex-ministro Valente de Oliveira a afirmar que a totalidade de áreas para habitação previstas nos PDMs de praticamente todo o país, serviria para albergar três vezes a população portuguesa.

Este alargamento dos perímetros tem vindo a deixar expectantes vastas áreas do território que, administrativamente, vêm alterado o seu estatuto de rural para urbano (leia-se urbanizável, logo rentabilizado), sem que a esse aumento corresponda uma procura/pressão ditada por aumentos, reais ou previsíveis, da população. Estamos, isso sim, perante uma diminuição drástica das densidades de ocupação do solo urbano ou urbanizável e o aumento, também ele drástico e trágico, da predação do território, do custo exponencial dos transportes públicos e privados e consequente aumento da carga fiscal para lhes fazer face conforme já o alertava Josep Lluís Sert em 1944:

“Em consequência da reacção natural contra os efeitos catastróficos do congestionamento populacional nos bairros miseráveis, acentuou-se nos últimos anos uma forte tendência para condenar em todos os casos as densidades elevadas. Como resultado as fracas densidades passaram a ser consideradas como condição indispensável da boa habitação, chegando-se à conclusão de que a fórmula geral a adoptar deveria ser a de moradias individuais, isoladas ou algumas vezes geminadas com jardins privativos... Contudo, devido à sua fraca densidade e à sua proporcionalmente vasta extensão, tais zonas residenciais ou deverão pagar contribuições elevadas ou sobrecarregarão as finanças da cidade... Por causa da dispersão da população em tais zonas, os serviços de interesse comum não podem ser estabelecidos numa base de sã economia e de igual acessibilidade a todos os habitantes...” (citado no parecer do CSOP sobre o Plano de urbanização de Évora, de Étienne de Gröer)



Plano de Urbanização de Évora, 2008 (imagem cedida pelo Arquivo Fotográfico da CME). A escuro, ao centro, a área do anterior Plano (2000); as manchas periféricas destinam-se a expansão urbana de baixíssima densidade.

Na senda de tudo controlar, nos PDMs, PUs ou PPs todo o solo tem que ser funcionalizado, isto é, a cada pedaço de terra deverá caber uma função, seja ela via, passeio, lote, jardim, escola primária ou centro de governo, lago para peixes cor-de-rosa ou parque de diversões. Traduzindo, nos termos em que temos vindo a expor, não há lugar para a informalidade, para o que se organiza num momento e se desfaz horas depois.

Resumindo, revelando o horror ao vazio tão português e tão bem retratado por José Gil (GIL, 2004), a informalidade do uso do solo é banida porque, também na cidade, no espaço urbano, o poder, seja ele de índole política ou de índole económica, necessita tudo controlar para se sentir em segurança.

Terciarização e exclusão. Espaço público qualificado e inclusivo.

A crescente terciarização do emprego e o aumento dos proventos daí decorrentes se, por um lado, reforçou a atracção pelas cidades, com o consequente despovoamento do interior (embora, no caso português, este tenha raízes históricas na mecanização agrícola e em momentos anteriores – vd. CUTILEIRO, 1977), por outro lado concentrou mais capital nas mãos de uma classe média crescente que o aplicou em segundas e terceiras residências, normalmente localizadas nas orlas costeiras, uma vez que o investimento no interior é diminuto (mesmo sabendo-se da crescente apetência pelo Alentejo) e pouco rentável, se vistas aquelas aquisições sob o ponto de vista de “investimento no futuro”, reforçando assim o carácter de “não-lugar” das “urbanizações” cuja morfologia urbana não foi (não é) desenhada para ser cidade mas, antes, desenhada como um conjunto de “canais” de transporte até à almejada solidão da “casinha de revista”, seja ela imitação da publicada na “Marie Claire” ou publicada na distinta “El Croquis”, tão do agrado do “jet-set” da Arquitectura.

O crescimento indiscriminado da metrópole (fonte: semanário Expresso, caderno “Espaços & Casas”, de 10.Abril.2009)

Paralelamente à solidão que, quer as urbanizações de carácter extensivo acima referidas, quer as crescentes suburbanizações das grandes cidades, propiciam, o incremento de utilização que as NTIC têm sofrido, tem reforçado essa solidão, uma vez que este incremento tem, por enquanto, uma expressão ínfima (pelo menos em

Portugal) no tele-trabalho e uma expressão enorme no reforço da solidão, já experimentado fisicamente, e agora através do recurso a fóruns e chats.



A casa de fim-de-semana que se dissemina no território sem suporte urbano e sem nada gerar.

Mas, se a “solidão da vivenda” é algo procurado pelo(s) próprio(s), a suburbanização é imposta pelo poder económico e político – porque com aquele pactua - e exclui do espaço social e promissor que é a cidade, gerando sentimentos de revolta nos excluídos/rejeitados. A esta exclusão e afastamento dos bens, culturais sobretudo, que a cidade tem para oferecer não é alheia a reacção dos excluídos, com atitudes de

violência sobre a cidade-madrasta e, mais recentemente, também para com o subúrbio-mãe.

Se considerarmos o aumento exponencial que o tele-trabalho, e consequentes economias de escala que a ele se podem associar (por exemplo, a diminuição da necessidade de infra-estruturas de transporte, a diminuição de custos com aquelas deslocções, etc.), podem vir a ter, manter-se-à a necessidade do contacto real, físico, “olhos-nos-olhos”, dos cidadãos, para que a cidadania e participação cívica não sejam palavras vãs, apenas usadas nos períodos eleitorais.

Esses contactos necessitam de espaços reais (não os espaços virtuais que as NTIC já proporcionam) onde se possam consubstanciar e esses poderão/deverão ser a habitação colectiva e as ruas, praças, largos e “terrains vagues” do tecido urbano, os primeiros controlados (porque planeados e projectados), os segundos informais, de apropriação e conformação colectiva ao longo do tempo.

A habitação colectiva porque, como expusemos, a habitação individual é, por definição, o lugar de isolamento e o *urbanita* é um ser gregário; os espaços públicos porque é nestes que a cidade se revê enquanto corpo social.

Ao referirmos a necessidade de espaços de troca naturalmente pressupomos a existência de uma massa densa de cidadãos que os utiliza. Ora, essa densidade populacional obtem-se pela densificação do edificado que a alberga e que dá sentido aos espaços públicos a utilizar, e estes espaços públicos deverão ter uma relação directa e íntima com serviços e equipamentos que os ladeiam e conformam, lugares de uso quotidiano do cidadão.

Embora a prática recente dos cidadãos o tenha vindo a vulgarizar, há que pensar a cidade, não como um corpo em volta de um centro, como o foi desde os seus primórdios até há bem pouco tempo, mas, antes, como um tecido policêntrico, embora de estrutura coesa.

A policentralidade, reconhecendo as diferentes áreas/zonas das cidades, e sendo por isso elemento congregador e aglutinador dos cidadãos dessas áreas/zonas em torno do “seu” centro, é, até por definição, elemento aglutinador dos cidadãos em torno da própria cidade porque esta, ao descentralizar para aí alguns serviços comuns a toda a *urbe*, originará ou reforçará a dinâmica de utilização do espaço público e gerará o sentimento de inclusão de todos os cidadãos no todo da cidade.

O sentimento de pertença à cidade, lida na sua expressão de corpo social com um passado, uma prática e uma perspectiva futura comuns, é pois fundamental para a sua manutenção e continuidade. Poder-se-à objectar que as NTIC vieram desprover de sentido a cidade, enquanto território físico, uma vez que congregam pessoas em torno de uma rede de âmbito mundial, pulverizando o sentimento de pertença ao grupo próximo e ao território que o cidadão habita.

Porém, a nossa capacidade para participarmos em diversas redes ao mesmo tempo, contradiz aquela hipótese de pulverização, i.e., podemos pertencer à claque do clube de futebol, ao mesmo tempo que pertencemos ao câro da escola dos nossos filhos e praticamos natação em clube diferente do do futebol, passeamos com os membros do nosso moto-clube, mas vamos ao cinema com os colegas de trabalho, participando, contudo no Hi5, no Twitter ou no Chat temático.

Será, ainda, fundamental a utilização das NTIC em serviços descentralizados e sediados policentralmente, funcionando em rede, favorecendo a inclusão através da acessibilidade de todos a tudo o que a cidade pode e deve oferecer.

Deste modo, o limite é hoje tão necessário quanto o foi no passado. Não um limite físico como outrora, que se justificava pela necessidade de defesa do Cosmos face à barbárie do Caos, mas um limite mental que nos devolva o sentimento de pertença à comunidade, de com ela partilharmos espaços comuns, cuja qualidade seja sinónimo de obra colectiva, capaz de gerar a memória colectiva, tão propalada nos anos 60, 70 e 80 do século passado.

Porém, esse limite, mais do que expresso em limites traçados administrativamente, terá que ser um limite cuja expressão física será, novamente, a “porta”, esta não como entidade física mas como entidade espacial e, mais ainda, como entidade conceptual, momento de transição/contacto do formal com o informal, do Cosmos com o Caos, espaço de miscigenação e de troca.

Estes espaços de transição, quais novos rossios, com expressão linguística de “vazios urbanos”, “terrains vagues” ou “urban voids”, mais do que aqueles seus similares no interior das cidades, são os verdadeiros momentos em que a noção de pertença ao urbano é mais clara, jogando, pois, a favor da inclusão.



Apropriação informal de um “terrain vague”, balizada no tempo e no espaço (mercado ocasional-permanente sob um viaduto rodoviário, Brasil).

São, contudo, espaços que, pelo seu carácter de charneira, não podem/devem ser formalizados, projectados, i.e., “domesticados”, pois, sendo “rossios” o seu carácter de informalidade permite a ausência total de função cujo uso livre e sucessivo se irá ajustando às necessidade, conhecendo avanços e recuos decorrentes dos diversos momentos económicos e sociais e, quando e se alguma vez for necessário,

poderão vir a apresentar a formalidade que hoje conhecemos naqueles que outrora também foram espaços informais e aos quais o tempo acabou por definir uma função preponderante (centro urbano nos casos de Évora e Estremoz, ocupação urbana construída no caso do Rossio ao Sul do Tejo, em Abrantes).

Estes novos “rossios”, embora espaços informais quanto ao uso, serão, naturalmente, apetecíveis enquanto espaços de troca e, se suficientemente importantes para a cidade, tenderão, a termo, a ser ocupados perimetralmente. É nessa ocupação que o papel da Arquitectura Pública poderá ser importante para a continuação ou a morte daqueles espaços e a sua validação será dada, não pelo virtuosismo de autores do “star system”, agentes, conscientes ou não, do poder político e económico, mas pelos significados de que seja portadora e nos quais o cidadão se vai reconhecendo e de que se vai apropriando, ou seja, rejeitando arquitecturas que “... *danno essenziale valore al costruito, tendono a sotto valorare il non costruito. Nella sostanza invertono*

la prevalenza di valore chi è l'essenza stessa della città.” (Massimo Ciamarra, Conferência Internacional “Interni urbani”, Camerino, 2004);

Há, assim, não só para os arquitectos mas para todos os que habitam e se preocupam com a cidade, um vasto campo de reflexão que é urgente explorar para que aquela, na sua expressão essencial de conjunto de cidadãos habitando concentradamente uma porção de território, com objectivos colectivos idênticos e projecções consensuais quanto ao seu futuro comum, não seja um “ente” com “morte anunciada”, parafraseando García Marques. Em sùmula, queremos afirmar com Oriol Nel.lo:

“Nos es imposible saber lo que la ciudad sera, pero podemos afirmar lo que queremos que sea”

(Oriol Nel.lo, 1999)

antónio borges abel
Évora, abril de 2009

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1995), *Carta di Megaride 94*, Dipartimento di Pianificazione e Scienza del Territorio dell'Università degli Studi di Napoli "Federico II" e Istituto di Pianificazione e Gestione del Territorio del Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- ASCHER, François (2005, 1ª ed. 2000), *La société hypermoderne ou Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*, Éditions de l'Aube, Paris.
- ASCHER, François (2004), *Los nuevos Principios del Urbanismo* (título original *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*, Éditions de l'Aube, 2001), Alianza Editorial, S.A., Madrid.
- BACHELARD, Gaston (2000), *A Poética do Espaço* (título original *La Poétique de l'Espace*, P.U.F., 1957), Livraria Martins Fontes, Ltda, 5ª edição, S. Paulo.
- CRUZ PINTO, Jorge Filipe da (2009), *O espaço limite, A caixa e Arquitectura Portuguesa (3 vols.)*, ACD Editores, Lisboa.
- ELIADE, Mircea (2002), *O Sagrado e o Profano-A Essência das Religiões*, (título original *Das Heilige und das Profane*, s/d), Edição Livros do Brasil, Lisboa.
- DOMINGUES, Álvaro (1999), *Formas e Escalas da Urbanização Difusa*, in *Inforgeo - Espaços Urbanos n.º 14*, pp. 43-64, Associação Portuguesa de Geógrafos – Edições Colibri, Lisboa.
- FERREIRA, Vítor Matias (2004), *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto de Urbanidade*, Centro de Estudos Territoriais (ISCTE) e Ler Devagar, Lisboa.
- FRAMPTON, Kenneth (1996), *Historia crítica de la arquitectura moderna* (título original *Modern Architecture: A Critical History*, Thames & Hudson, London, 1980), Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- GASPAR, Jorge (1996), *O Novo Ordenamento do Território: Geografia e Valores*, in *Dinamismos Sócio-Económicos e Reorganização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, pp. 707-718, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- GIL, José (2004), *Portugal, Hoje - O Medo de Existir*, Relógio d'Água Editores, Lisboa.
- GRAVAGNUOLO, Benedetto (1998), *Historia del Urbanismo en Europa. 1750-1960* (título original *La progettazione urbana in Europa, 1750-1960*, Gius, Laterza e Figli, 1991), Ediciones Arkal, Madrid.
- HEGEL, G. W. F. (1981, 1ª edição traduzida), *La Arquitectura* (tradução de Alberto Clavería), Editorial Kairós, Barcelona.
- JACOBS, Jane (2001), *Morte e vida das grandes cidades* (título original *The death and life of great american cities*, 1961), Liv. Martins Fontes, Lta, S. Paulo.
- LEÓN, Juan Miguel Hernandez, *Habitar combinatorio*, in *Arquitectura y Crítica*, n.º 57, Año 6.
- MARQUES, Teresa Sá (1999), *Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano*, in *Inforgeo - Espaços Urbanos n.º 14*, pp. 21-42, Associação Portuguesa de Geógrafos – Edições Colibri, Lisboa.

- MITCHELL, William J. (2001), *E-topia: “Vida urbana, Jim; pero no la que nosotros conocemos”* (título original *E-topia: “Urban life, Jim - but not as we know it”*, MIT, 1999), Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992), *A cidade em Portugal. Uma geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Lisboa.
- TRÍAS, Eugenio (1991), *Lógica del Límite*, Ediciones Destino, Barcelona.

Sítios da World Wide Web consultados:

- DALL’OCCA, Piero, *Ripensare il rapporto tra centro e periferia – Il dibattito intorno alle «gocce»*, in *La Repubblica*, 17.07.2003 (<http://www.casadellarchitettura.it/archivio.aspx?id=4416>)
- DESIDERI, Paolo, *E alla fine vinse la città di villette?* (Discussioni: Nelle periferie si misurano i limiti dell’Architettura moderna), in *La Repubblica*, 18.09.2003 (<http://www.casadellarchitettura.it/archivio.aspx?id=4416>)
- DURÁN, Maria Ángeles, 2003, *Ciudades proyectadas*, <http://www.lamujerconstruye.org/actividades/es/otrosarticulos/emoriaeidentidadurbana.htm>
- NELLO, Oriol, *Reflexiones sobre el futuro de la ciudad*, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona 1999, publicado en A. Garcia Espuche y S. Rueda (eds.), *La ciutat sostenible*, “Urbanitats n.º 9. CCCB 1999” (<http://urban.cccb.org/urbanLibrary/pdfDocs/A020-B.pdf>)
- RUEDA, Salvador, *La ciudad compacta y diversa frente a la urbanización difusa*, Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona 1999, publicado en A. Garcia Espuche y S. Rueda (eds.), *La ciutat sostenible*, “Urbanitats n.º 9, CCCB, 1999.”
<http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a010.html>